

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 460376 - PR
(2014/0003986-3)**

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
AGRAVANTE : BEATRIZ DO VALLE LUCAS GUERRA
AGRAVANTE : TANIA MARA DO VALLE LUCAS DOS REIS
ADVOGADO : HUDSON CAMILO DE SOUZA E OUTRO(S) -
PR033032
AGRAVADO : UNIÃO

EMENTA

ADMINISTRATIVO. PENSÃO ESPECIAL. EX-COMBATENTE. LEI DE REGÊNCIA. FILHA MAIOR. DATA DO ÓBITO. REGIME MISTO DE REVERSÃO. REQUISITOS LEGAIS. OBSERVÂNCIA. RETORNO DOS AUTOS À INSTÂNCIA ORDINÁRIA. NECESSIDADE.

1. Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2).

2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento de que, nos casos em que o óbito do instituidor da pensão (ex-combatente) tiver ocorrido entre a data da promulgação da Carta Magna e a entrada em vigor da Lei n. 8.059/1990 (ou seja, entre 05/10/1988 e 04/07/1990), adota-se um regime misto de reversão, caracterizado pela conjugação das condições previstas nas Leis n. 3.765/1960 e 4.242/1963, de modo que deve ser considerada dependente a filha maior de 21 anos válida, desde que incapacitada de prover seu próprio sustento e que não receba nenhum valor dos cofres públicos.

3. Hipótese em que o aresto proferido pelo Tribunal de origem divergiu da orientação desta Corte ao dispensar a necessidade de comprovação do atendimento dos requisitos legais.

4. Considerando-se o óbice previsto na Súmula 7 do STJ, os autos devem ser devolvidos à Corte de origem, para que proceda à análise dos requisitos previstos no art. 30 da Lei n. 4.242/1963, em relação à parte autora.

5. Agravo interno desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Superior Tribunal de Justiça

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina e Regina Helena Costa votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 18 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Gurgel de Faria
Relator